Quinta-Feira, 10 de Julho de 2025

Os saques em dinheiro vivo nos cartões corporativos de Bolsonaro

VEJA OS RECIBOS

Metrópoles

As notas fiscais dos gastos nos cartões corporativos da Presidência da República no governo de Jair Bolsonaro revelam a existência de dezenas de saques em dinheiro vivo. Documentos encontrados pela coluna no acervo publicado pela Fiquem Sabendo, organização que obteve as notas fiscais dos gastos do governo do ex-presidente, indicam diversas retiradas de dinheiro em espécie ao longo de todo o mandato. Na semana passada, a coluna de Rodrigo Rangel, no **Metrópoles**, revelou que um inquérito no Supremo Tribunal Federal identificou o uso dos cartões corporativos da Presidência para, com esses saques, fazer uma espécie de caixa dois de Bolsonaro.

No acervo, é possível encontrar saques sequenciais feitos na agência do Banco do Brasil do Palácio do Planalto, com valores que variam de R$ 500 a R$ 1.000. Uma das notas mostra que, no dia 25 de junho de 2021, foi feita uma retirada de R$ 1.000 reais e, 40 segundos depois, foi realizado um outro saque de R$ 500. O responsável pela transação foi José M Lucena Filho, um assessor da Presidência.

Duas semanas antes, no dia 11 de junho de 2021, foram feitas quatro retiradas de R$ 1.000 reais em um intervalo de dois minutos. O saque foi feito pelo servidor Vanerlei Silveira.

No dia 7 de junho, o sargento Weisder Barros Galvão, lotado como assistente no Gabinete de Segurança Institucional (GSI), fez um saque de R$ 1.000 e outro de R$ 500. Segundo consta na nota, o dinheiro vivo foi para pagar excesso de bagagem na GOL, despesa que poderia ser paga com o próprio cartão, sem necessidade de saque.

Três meses antes, em março daquele ano, a assessora técnica de Planejamento e Orçamento da Presidência da República, Valdira Claudino de Souza, fez quatro saques de R$ 1.000 dentro de cinco minutos.

Ao todo, entre março de junho de 2021, servidores ligados a Bolsonaro sacaram R$ 11.000 do cartão corporativo para despesas que não tem finalidade declarada.

Também foi feito um saque, em junho de 2021, de R$ 22.000 do suprimento de fundos, que é previsto por lei como um adiantamento de despesas que não podem esperar licitações ou contratações diretas. O documento, assinado pelo assessor do Cofin André de Souza Duarte, não declara para que fins o adiantamento foi feito.

Image not found or type unknown

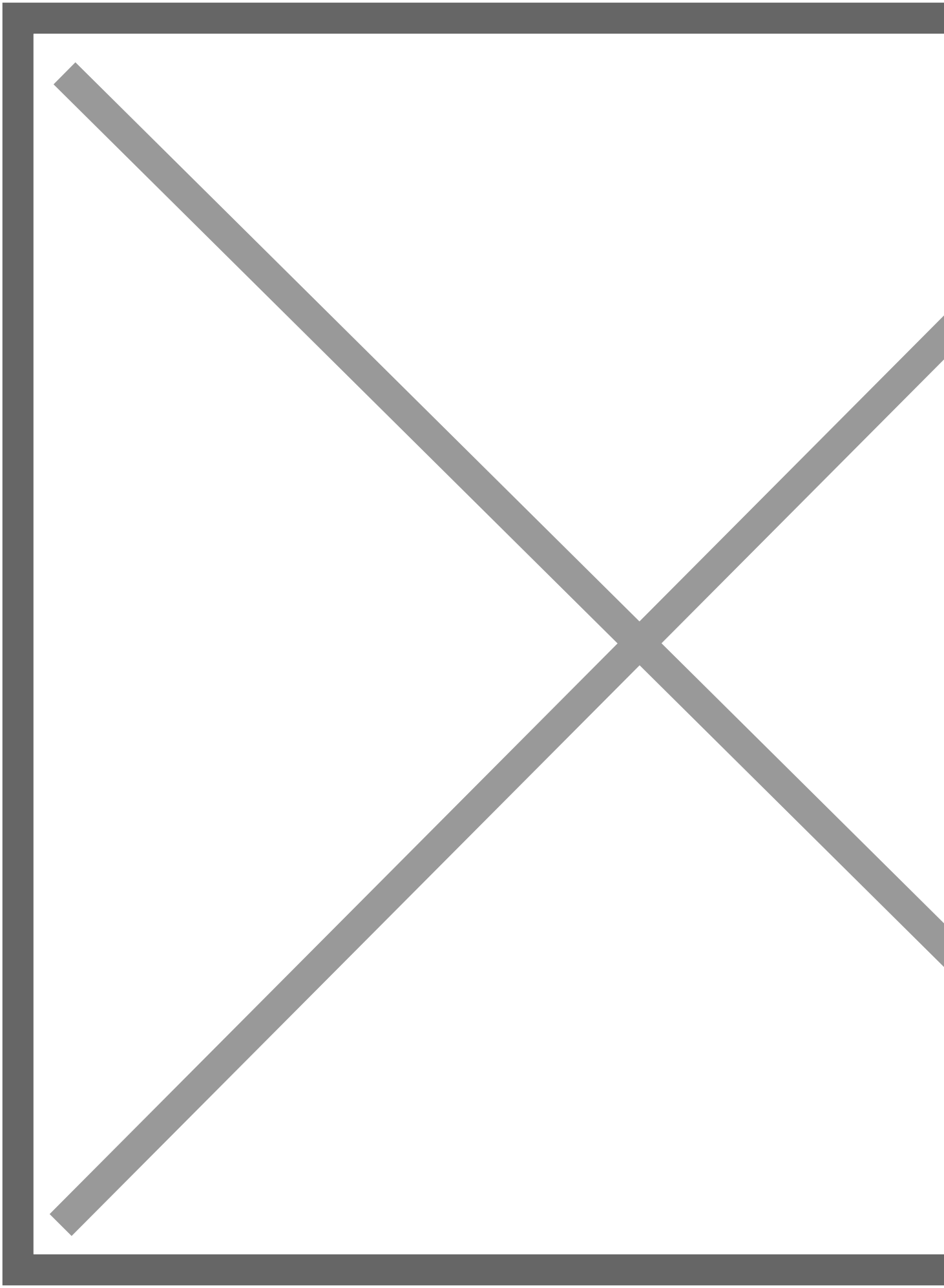

Image not found or type unknown

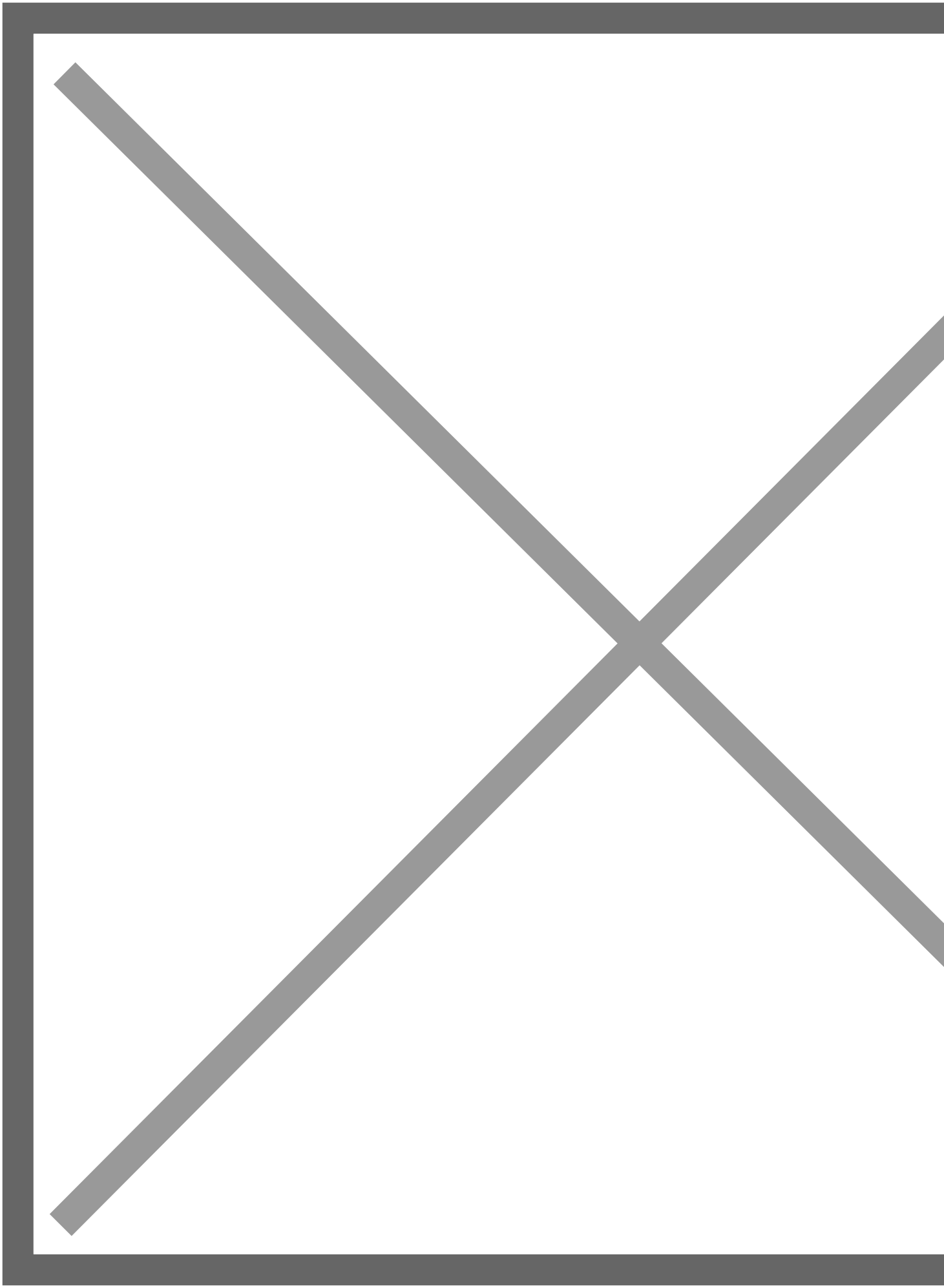

Image not found or type unknown

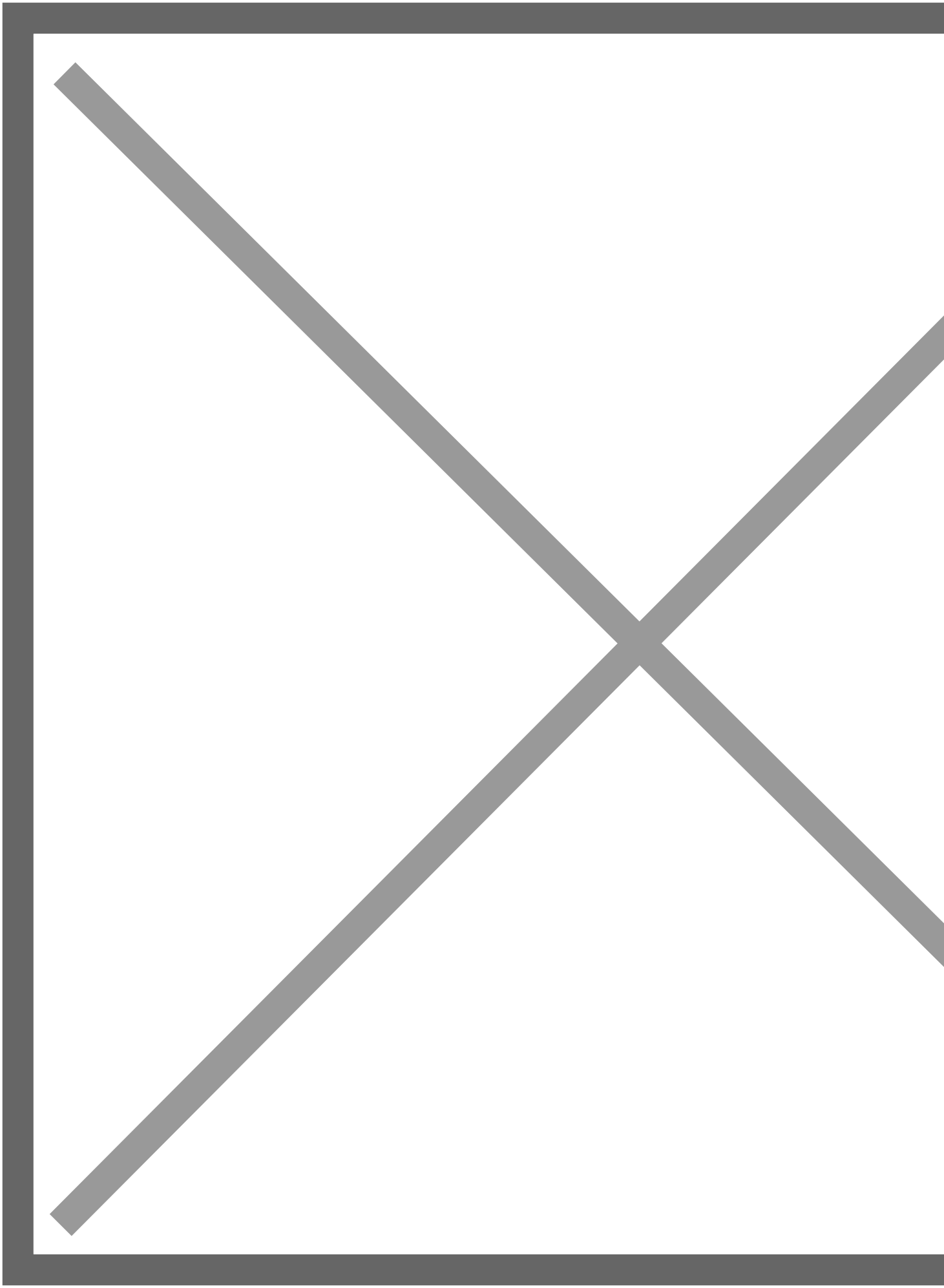

Image not found or type unknown

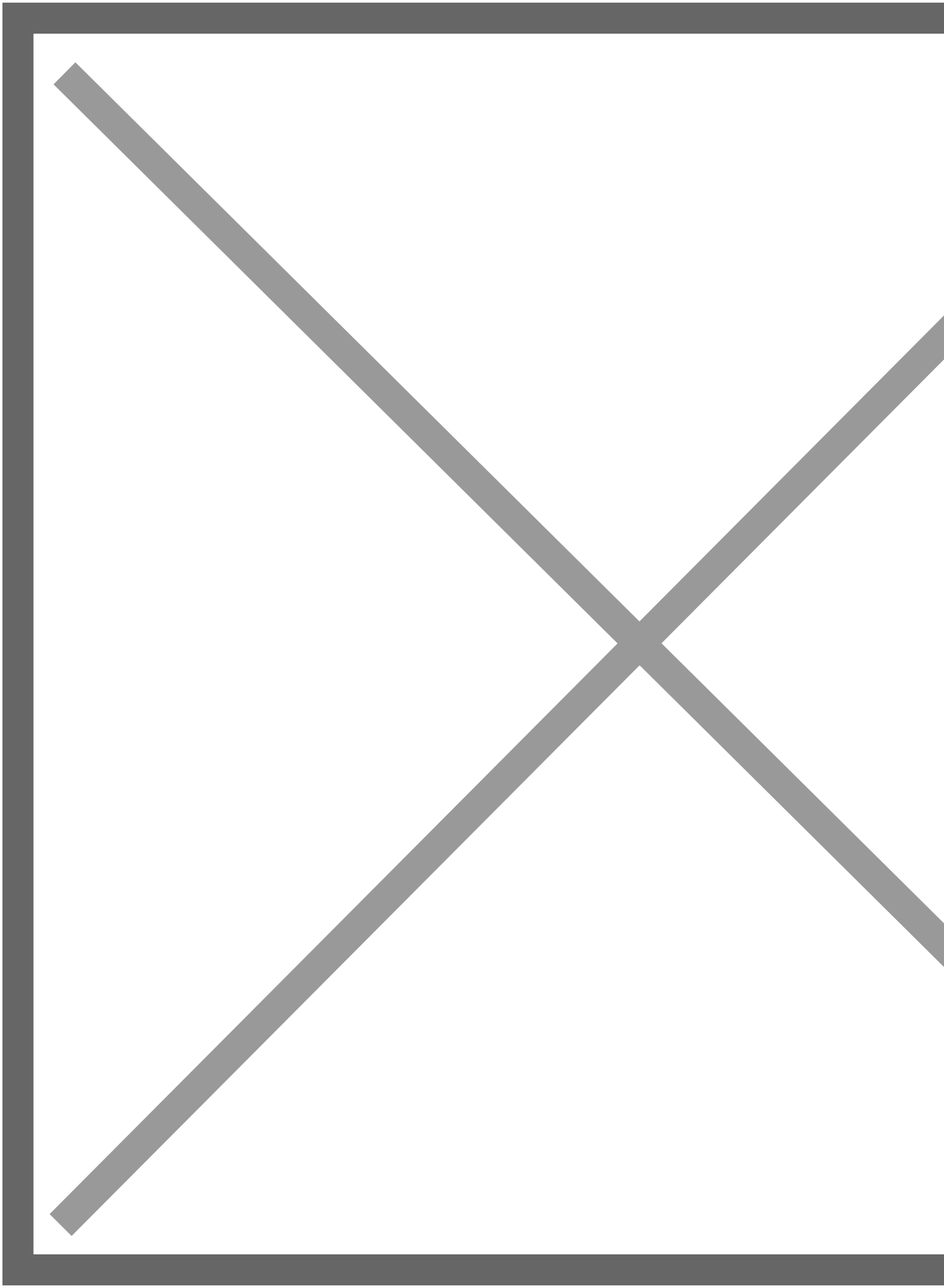

Image not found or type unknown

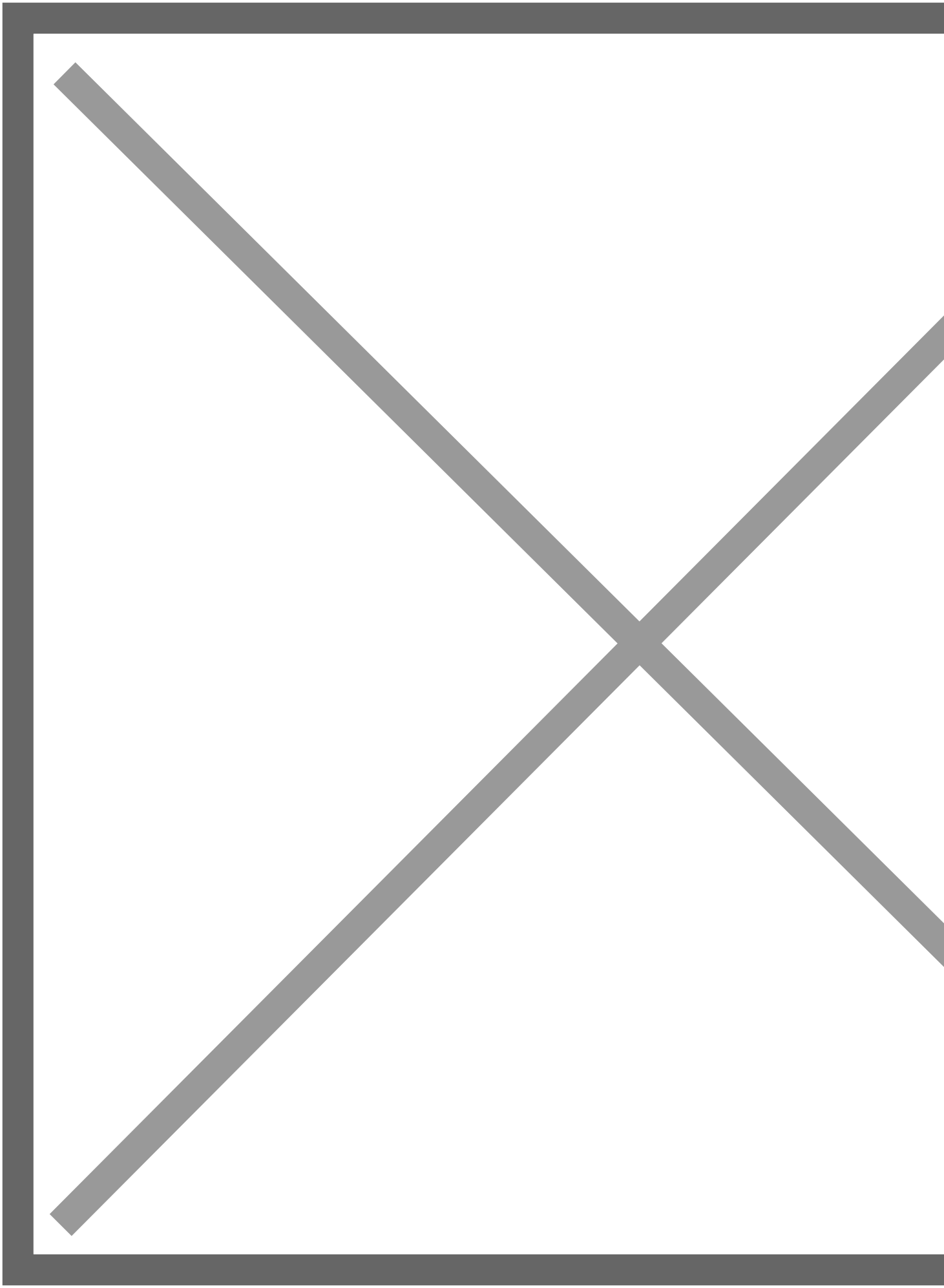
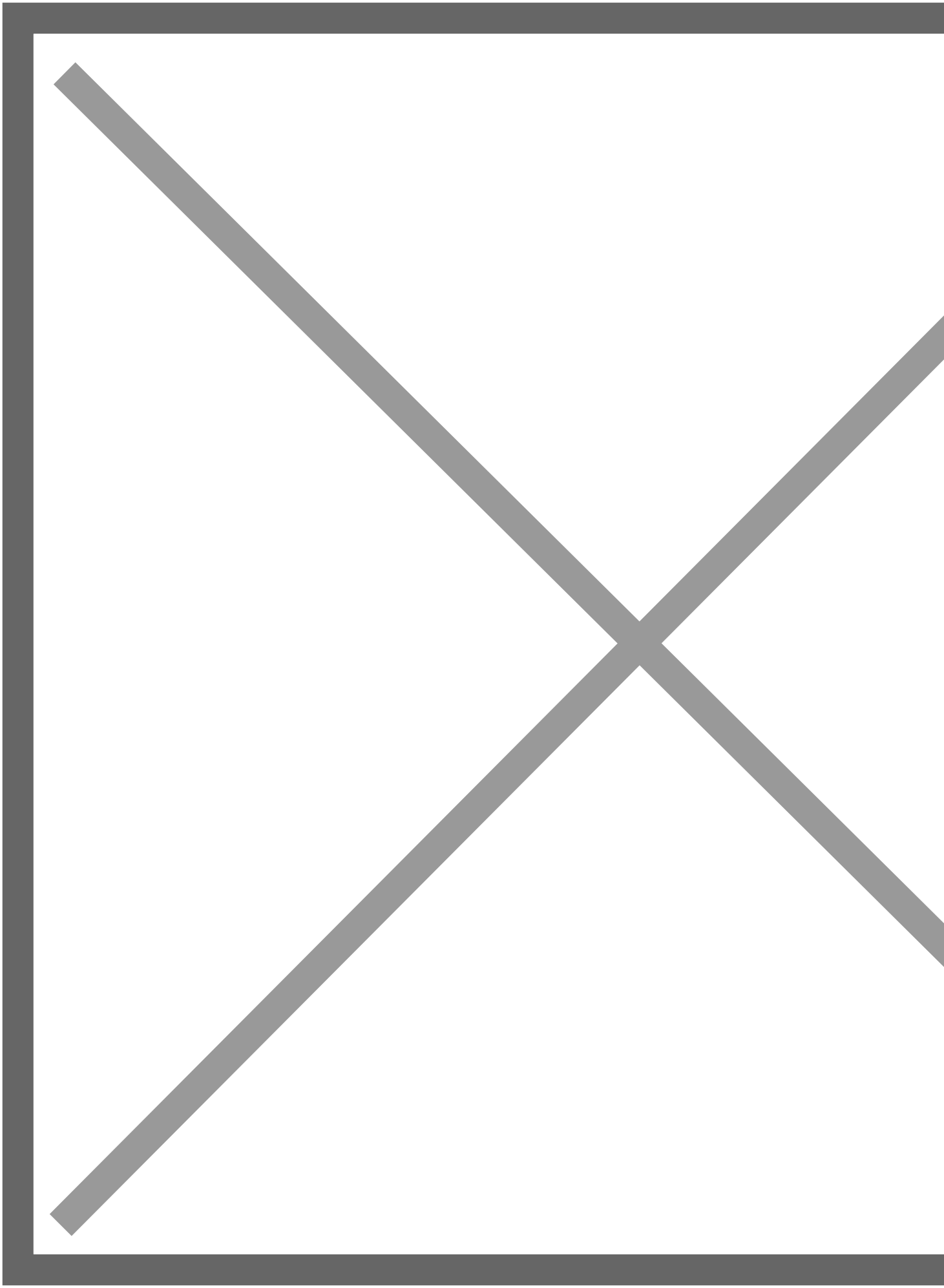
Image not found or type unknown